

ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL: ORIGENS, DESENVOLVIMENTO E ABORDAGENS DIVERGENTES

Ali Muhammad¹
Sugeng Riyanto²

Introdução

Os Estudos de Segurança, também conhecidos como Estudos de Segurança Internacional, são um subcampo acadêmico dentro da disciplina mais ampla de Relações Internacionais que estuda a violência organizada, o conflito militar e a segurança nacional. Stephen Walt (1991) aponta que as fronteiras do campo intelectual são flexíveis e, portanto, qualquer tentativa de traçar e definir o campo preciso de estudo é arbitrária. No entanto, o objetivo básico dos Estudos de Segurança permanece simples de definir: "é o fenômeno da guerra", pois os estudos de segurança afirmam que o conflito entre governos é sempre possível e que o uso da força tem consequências de longo alcance para os Estados e sociedades. Assim, os Estudos de Segurança podem ser basicamente caracterizados como "o estudo da ameaça, do uso e do controle da força militar"³ (Nye e Lynn Jones 1988).

Os Estudos de Segurança como subárea dentro das Relações Internacionais surgiram após o fim da Segunda Guerra Mundial, notadamente na década de 1950, com o início da Guerra Fria entre os blocos oriental e ocidental. A segurança estava intimamente ligada ao aspecto militar, já que a maioria dos países se esforça para maximizar sua força militar a fim de garantir sua segurança e sobrevivência contra todas as ameaças pretendidas, incluindo tentativas de subjugar sua existência a outro Estado, organização

1 Docente do Departamento de Relações Internacionais da Universitas Muhammadiyah Yogyakarta, Indonésia.

2 Docente do Departamento de Relações Internacionais da Universitas Muhammadiyah Yogyakarta, Indonésia.

3 Tradução nossa.

terrorista ou outro grupo armado. Tal como acontece com RI, este subcampo de estudo é principalmente um assunto ocidental - conduzido principalmente na América do Norte, Europa e Austrália, com todos os centrismos ocidentais associados. Existe uma literatura pré-Segunda Guerra Mundial que pode ser amplamente classificada como estudos de guerra, grande estratégia militar e geopolítica. “Segurança” tornou-se sua palavra de ordem (Yergin 1978), tanto definindo-a quanto diferenciando-a de disciplinas mais antigas, como os Estudos de Guerra e a História Militar. A segurança evoluiu como uma noção unificadora para uma gama cada vez mais diversificada de programas de pesquisa.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, quatro questões centrais têm guiado os debates no campo dos Estudos de Segurança (ver Buzan e Hansen 2009, 10-13). A primeira questão é se elevar o Estado ao status de “objeto de referência”. Segurança é estabelecer qualquer coisa que requeira proteção: uma nação, um Estado, um indivíduo, um grupo étnico, o meio ambiente ou o próprio planeta. Seja como “segurança nacional” ou, subseqüentemente, como “segurança internacional” tradicionalista, o Estado/nação serviu como ponto de referência analítico e normativo. A segurança internacional não foi destinada a suplantiar a segurança do Estado com a segurança da humanidade, de indivíduos ou de minorias dentro ou além das fronteiras estatais. Proteger o Estado era visto como o método mais eficaz de proteger instrumentalmente outros objetos referentes. “Segurança nacional” deveria ter sido renomeada como “segurança do Estado”, mas o que a ideia da Guerra Fria de “segurança nacional” realmente envolvia era uma fusão de Estado e segurança do país: a nação apoiou um Estado forte, que por sua vez retribuiu, preservando lealmente seu valores e interesses da sociedade.

O segundo ponto a considerar é a inclusão de ameaças internas e externas. Como a segurança está intrinsecamente ligada ao discurso do Estado, trata-se também de situar as ameaças em relação às fronteiras territoriais. Wolfers caracterizou a “segurança nacional” como um “símbolo ambíguo” e comparou a atmosfera política pós-1945 à crise econômica americana do entreguerras, argumentando que a “mudança de uma interpretação de bem-estar para uma interpretação securitária do símbolo de ‘interesse nacional’ é razoável⁴”. Wolfers observou no início da Guerra Fria: “Hoje, em vez da depressão e da reforma social, vivemos sob a influência da Guerra Fria e da agressão externa⁵” (Wolfers 1952, 482). A “segurança nacional” evoluiu de preocupações econômicas internas para desafios externos colocados

4 Tradução nossa.

5 Tradução nossa.

por Estados ideologicamente opostos e, portanto, presumivelmente hostis (Neocleous 2006). À medida que essa transição se institucionalizou, o conceito de “segurança internacional” e acabou por desempenhar um papel mais importante na nomeação do tema, portanto, Estudos Internacionais em vez de estudos de segurança nacional.

Em terceiro lugar, a segurança deve ser expandida para além do setor militar e do uso da força? Como os “Estudos de Segurança” foram desenvolvidos durante a Guerra Fria, e a Guerra Fria era tão predominantemente sobre as capacidades militares de adversários, aliados e própria, o termo “segurança nacional” tornou-se praticamente sinônimo de segurança militar. Isso não quer dizer que outras capacidades foram esquecidas, como a necessidade de combinar vitalidade econômica, estabilidade política, abastecimento de energia, pesquisa e tecnologia, além de alimentos e recursos naturais. Essas deveriam ser incorporados porque tinham efeito sobre “o uso, ameaça e controle da força” e, portanto, sobre a segurança militar, e não porque deviam ser considerados assuntos de segurança distintos (International Security 1976, 2).

Em quarto lugar, está a segurança irrevogavelmente ligada a uma dinâmica de riscos, perigos e urgência? A “segurança nacional” evoluiu em meio a uma atmosfera política na qual os Estados Unidos, e o Ocidente de forma mais ampla, se percebiam como ameaçados por um adversário. Como Herz (1950) definiu o dilema da segurança, “segurança” se referia a ataques, escravidão, dominação e - quando levado à sua conclusão lógica - aniquilação. Isso encorajaria grupos a desenvolver mais capacidades, tornando assim seu adversário inseguro e levando ambas as partes a participar de uma "espiral viciosa de segurança e aumento de poder" (Herz 1950, 157). A segurança preocupava-se com o extremo e o extraordinário, com aquelas situações que não só causariam aborrecimento, mas também ameaçariam destruir a sociedade (Williams 2003). Isso parecia bastante claro para a corrente principal dos Estudos de Segurança durante a Guerra Fria: a União Soviética representava uma ameaça clara e as armas nucleares eram justificadas para dissuadir a União Soviética de iniciar um primeiro ataque.

Guerra Fria: Predomínio do Realismo/Neo-Realismo

Desde o início da Guerra Fria, abordagens realistas de segurança dominaram os estudos de segurança. Muito do que se pensa e se escreve sobre o assunto é baseado em uma definição limitada de “segurança”. Tal como acontece com o enforcamento, as considerações práticas do risco iminente

naturalmente focaram a atenção dos especialistas em segurança e tomadores de decisão nas ameaças à sobrevivência física. O conflito interestatal era um ponto focal de energia, particularmente a rivalidade Leste-Oeste e o equilíbrio nuclear EUA-URSS. Essas preocupações foram posteriormente expandidas para os países em desenvolvimento como parte da continuação da luta das superpotências (Kolodziej 1992).

Com o amadurecimento da Guerra Fria, a ascensão gradual de abordagens realistas das Relações Internacionais sobre as anteriores concepções idealistas e legais de segurança internacional (que eram particularmente fortes nos Estados Unidos) forneceu uma justificativa normativa para uma abordagem centrada no Estado das políticas e segurança internacionais (Morgenthau 1985). Com a Europa como objetivo central, o conflito Leste-Oeste foi visto simplesmente como uma continuação de milênios de competição estatal pelo controle regional e global. Essa perspectiva centrada no Estado sobre a guerra foi então ainda mais limitada na década de 1960, quando os analistas se afastaram do que Hans Morgenthau chamou de Política entre as Nações e passaram a avaliar a dissuasão como a ideia estratégica central que justifica a Guerra Fria e as guerras regionais (Schelling 1963). Usando microeconomia, análise de sistemas e teoria dos jogos como ponto de partida, a dissuasão foi examinada como uma noção estratégica que se presta a um estudo lógico e rigoroso (Kolodziej 1992).

Os elementos mais relevantes da agenda da Guerra Fria foram gradualmente caracterizados como um problema especial de dissuasão (Kolodziej 1992, 1). O conflito Leste-Oeste e seus desafios regionais complexos e amplamente divergentes foram frequentemente reduzidos a táticas de compromisso de competidores e aliados e a estudos de estabilidade nuclear e convencional (Freedman 1990). O Estado como ator se transformou no Estado como ator unitário, cujo comportamento foi pensado para ser guiado por considerações de maximização de poder. Uma estratégia foi desenvolvida em conjunto com o uso de ameaças para influenciar o comportamento dos rivais nas direções desejadas. Discussões extensas entre diferentes escolas de dissuasão nuclear e conversas esotéricas entre especialistas sobre os benefícios relativos de vários sistemas de armas nucleares na manutenção do equilíbrio do terror dominaram a pesquisa estratégica e a formulação de políticas. É claro que a dissuasão convencional e o equilíbrio de poder em confrontos regionais continuaram sendo questões críticas. A avalanche de literatura sobre a estabilidade do front central na Europa é instrutiva (Butterworth 1989). O que é significativo para essa perspectiva é que a manipulação de ameaças e a projeção de força se tornaram as principais preocupações virtualmente exclusivas dos estudos de segurança. Embora o tópico fosse sem dúvida

urgente e extenso, as questões destacadas eram necessariamente restritas, técnicas e gerenciais por natureza (Chimbala 1991).

A ascensão do neorealismo no final dos anos 1970 estreitou ainda mais o ponto de vista intelectual e normativo dos Estudos de Segurança (Waltz 1991). As amplas preocupações normativas do pensamento realista convencional foram minimizadas em uma tentativa de estabelecer uma base científica para a visão de mundo do realismo (Waltz 1979). Por definição, os estudos de segurança mudaram de uma explicação do que os Estados realmente faziam em nome da segurança para um estudo de seu comportamento que, com base no raciocínio dedutivo, professou ser consistentemente relevante ao longo do tempo e do contexto histórico. Tucídides, Maquiavel e Hobbes expressaram seu realismo rico e historicamente informado em linguagem proposicional protocientífica. Um conjunto enxuto de suposições estabelecia agora o dilema da segurança: Estados-nação habitando um ambiente anárquico, cada um buscando a sobrevivência, e guiados por uma estrutura definida pela distribuição de capacidades militares entre as unidades (Waltz 1979).

A teoria era intrinsecamente demonstrável, uma vez que seus pressupostos sempre podiam ser comprovados por meio de observações seletivas que correspondiam ao comportamento de um Estado previsto. Desvios das normas esperadas - por exemplo, restrições democráticas à maximização do poder do Estado ou movimento e formações de concertos ao invés de balanceamento - não foram tanto negados quanto desconsiderados como de interesse teórico menor ou irrelevante. Mudanças sutis foram feitas na delicada relação causal e sequencial entre teoria e observação. Em vez do contrário, a teoria validou a observação (Kolodziej 1992).

Em suma, durante a Guerra Fria, as abordagens realistas/neorealistas de segurança dominaram os Estudos de Segurança. No entanto, com o fim da Guerra Fria, o panorama do ambiente político internacional mudou drasticamente, e o domínio dos realistas nesse campo de estudo começou a ser questionado. Alguns estudiosos também interrogaram até mesmo o conceito fundamental de "segurança", enquanto outros questionaram o domínio realista nos Estudos de Segurança e ofereceram perspectivas alternativas.

O Pós-Guerra Fria: Tradicionalistas vs. Apliadores e Aprofundadores

O fim da Guerra Fria é normalmente considerado como o início de um ambiente político fundamentalmente novo na política mundial, tanto

no sentido real quanto no teórico. Isso foi particularmente evidente nos estudos de segurança, onde a demanda por redefinir seu conceito central, “segurança”, tornou-se uma preocupação naquela época. Como resultado, vários acadêmicos reconsideraram o que está, e o que deveria ser, incluído neste conceito e se uma definição mais ampla constitui uma representação mais precisa da realidade (Tarry, 1999).

A principal fonte de divergência foi o movimento crescente entre os estudiosos para ampliar a definição de Estudos de Segurança além de “o estudo da ameaça, uso e controle da força militar⁶” (Walt 1991, 212). Os realistas sustentaram veementemente que o cenário de segurança não havia mudado o suficiente para exigir um ajuste à definição de Waltz e, portanto, argumentaram em continuar a abordar a segurança através das lentes do estado-nação e da guerra interestadual, ostensivamente por uma questão de clareza conceitual e parcimônia teórica (Mearsheimer 1995). Entretanto, os “ampliadores” aumentaram as ameaças militares que dominaram os estudos clássicos neste tópico com riscos econômicos, sociais, políticos e ambientais (Buzan 1991). Os “aprofundadores”, frequentemente os mesmos indivíduos que os ampliadores, estão preocupados em expandir a visão tradicional de segurança centrada no Estado, introduzindo explicitamente o conceito de cinco níveis de profundidade: sistemas internacionais, subsistemas internacionais, unidades, subunidades e indivíduos (Buzan et al . 1998).

Para aqueles que buscavam ampliar a definição de segurança, a agenda militar centrada no Estado apresentava dificuldades analíticas, políticas e normativas. O fim pacífico da Guerra Fria, o aumento dos conflitos intra-estatais, o medo da imigração das culturas ocidentais, a deterioração do meio ambiente e a escalada da epidemia de HIV/AIDS indicavam que o tradicionalismo era incapaz de enfrentar o pós-Guerra Fria. Ampliadores e aprofundadores argumentaram que os anos 1990 careciam de um evento militar definidor ou de um conflito entre as grandes potências que os tradicionalistas poderiam dizer que deveria ocupar o centro do palco. Assim, o panorama pós-Guerra Fria foi definido pela discussão não apenas entre os tradicionalistas e a divisão “Ampliação-Aprofundamento”, mas também dentro do campo de ampliadores e aprofundadores (Buzan e Hansen 2009, 187).

Essencialmente, os ampliadores-aprofundadores defendiam a ampliação do objeto referente para além do Estado, expandindo a ideia de segurança para além das forças armadas, enfatizando as preocupações internas e transnacionais e permitindo uma modificação da lógica realista da

6 Tradução nossa.

segurança internacional. Enquanto eles estavam unificados em sua oposição ao centrismo militar do Estado, a postura ampla e profunda era composta de métodos tão díspares que quase tanto tempo foi gasto debatendo divergências dentro da posição de ampliadores e aprofundadores quanto na divisão tradicionalistas e expansionistas. Assim, uma característica significativa dos debates intra-ampliação nas décadas de 1990 e 2000 foi o rápido crescimento de rótulos indicando uma perspectiva distinta para ampliadores e aprofundadores: Construtivismo, Segurança Humana, Pós-colonialismo, Estudos Críticos de Segurança e a Escola de Copenhague são adicionados ao pós-estruturalismo e Feminismo (ver Buzan e Hansen 2009, 187).

Em termos de forças motrizes, os debates de ampliação e aprofundamento foram influenciados por políticas de great power, na medida em que o fim da Guerra Fria alterou tanto a agenda de segurança quanto os atores que poderiam se engajar nela, permitindo que uma lista mais longa de eventos tenha impacto nos debates dos Estudos de Segurança. Quando se trata de métodos, a tecnologia desempenhou um grande papel em alguns, como a preocupação do pós-estruturalismo com o impacto da nova tecnologia de mídia, mas desempenhou um papel menor em outros. Os argumentos intelectuais internos foram os que tiveram maior influência. Esse impulso teve uma série de efeitos, e o menos importante deles foi que tornou a discussão sobre escolas e rótulos, em vez de eventos ou tecnologias, a dinâmica organizacional (ver Buzan e Hansen 2009, 188).

Essas discussões entre escola foram influenciadas de três maneiras pela dinâmica do debate acadêmico interno (Buzan e Hansen 2009, 188). Em primeiro lugar, elas foram afetadas por conflitos intelectuais e metodológicos nas Relações Internacionais, como foi a convergência de pesquisadores e estrategistas da paz negativa. Em segundo lugar, houve uma diferença significativa na extensão em que abordagens específicas de aprofundamento e ampliação emergiram da agenda de Pesquisa para a Paz das décadas de 1970 e 1980 ou foram introduzidas nos “Estudos de Segurança” por meio de debates de RI ou de teoria política e social. Em terceiro lugar, houve uma distinção no grau em que enfatizaram e discutiram o conceito de segurança. Essas estratégias incorporaram tanto a ampliação quanto o aprofundamento. Esse segmento do debate em expansão compreendia as recomendações principalmente empíricas para enfrentar os desafios econômicos e, em particular, ambientais como parte da segurança internacional nas décadas de 1970 e 1980.

Desde o final da década de 1980, ampliação e aprofundamento estão entrelaçados nos argumentos explícitos a respeito da noção de segurança que se tornaram populares dentro dos Estudos de Segurança, abrindo caminho

para uma discussão muito mais aprofundada desse termo do que ocorreu durante a Guerra Fria. A maneira como as escolas ampliaram e alargaram a segurança - ou não - introduziu uma agenda mais ampla centrada na segurança econômica, ambiental, sociológica e regional, bem como um aprofundamento do objeto referente fora do Estado. Embora houvesse uma literatura anterior sobre segurança ambiental, por exemplo, não existia uma escola de segurança ambiental; em vez disso, havia várias maneiras pelas quais a segurança ambiental foi incluída ou excluída de vários métodos. No que diz respeito à ampliação, é importante notar que a ampliação da segurança requer considerar como fenômenos distintas dinâmicas setoriais não militares. Questões econômicas, fornecimento de energia, alimentos e recursos naturais têm um efeito sobre a força militar, o que amplia a lista (Buzan e Hansen 2009, 189).

Como um importante estudioso em Estudos de Segurança e proponente do debate ampliadores-aprofundadores, Buzan (1983; 1991) em *“People, States, and Fear”*, também examinou o significado de segurança, enfocando a questão de como os Estados e sociedades buscam a liberdade de ameaças em o contexto das relações competitivas nos cenários político, econômico, militar, social e ambiental. Ele enfoca a análise na interação de ameaças e vulnerabilidades, nas consequências políticas de superenfatizar uma ou outra e na existência de contradições dentro e entre as ideias sobre segurança. Buzan defende firmemente que “o problema de segurança nacional não pode ser compreendido sem referência a fatores em todos os três níveis de análise - nível individual, nível estatal e nível internacional⁷”. Embora o termo “segurança nacional” sugira um fenômeno no nível 2 (nível estatal), as conexões entre esse nível e os níveis 1 (nível individual) e 3 (nível internacional) são numerosas e fortes demais para serem negadas. O conceito de segurança une indivíduos, Estados e o Sistema Internacional de forma tão próxima que exige ser tratado de uma perspectiva holística. Seu livro instigante foi claramente um sólido desafio ao domínio do realismo e provocou o surgimento de abordagens alternativas para os estudos de segurança.

Abordagens Divergentes dos Estudos de Segurança

Ao lado dos debates acalorados sobre o significado básico de “segurança”, uma série de perspectivas teóricas alternativas, como construtivismo, teoria crítica, feminismo, segurança humana e pós-colonialismo, também emergiram e desafiaram criticamente o domínio do paradigma tradicional

7 Tradução nossa.

(realista/liberal) nos Estudos de Segurança. As abordagens alternativas têm grandes diferenças na forma como definem objetos referentes, os setores aos quais a segurança pode ser aplicada e a base epistemológica (ver Buzan e Hansen 2009, 200-228).

Perspectiva Construtivista

O construtivismo social como uma abordagem para as Relações Internacionais abrange um amplo espectro de ideias. No entanto, o construtivismo convencional fornece uma análise que essencialmente critica os estudos de segurança tradicionais, mais notavelmente o neorrealismo, em vários aspectos. Uma série de publicações examinou as normas internacionais, enfocando aquelas que parecem contradizer o neorrealismo e a ideia do neoliberalismo de que os Estados são atores racionais e de autoajuda em um ambiente anárquico. Esses estudos foram frequentemente enquadrados em torno de um enigma realista: por que as nações aceitam limites em sua capacidade de conduzir a guerra, tais como fornecer ajuda aos feridos de acordo com as Convenções de Genebra (Finnemore 1996)? Por que armas químicas raramente são empregadas, apesar do fato de serem potencialmente eficazes e os militares estarem dispostos a usá-las (Price 1995)? Ou por que o assassinato de líderes políticos e militares é considerado impróprio, apesar do fato de que pode ser mais eficaz, simples de realizar e moralmente preferível do que travar uma guerra contra um exército ou população inteira (Thomas 2000)? Essas preocupações não podem ser tratadas por explicações materialistas realistas, mas apenas por meio de uma investigação ideacional das origens e do crescimento dos padrões. Richard Price (1995) afirma que a proibição de armas químicas durante a Segunda Guerra Mundial estava ligada a uma constituição que distinguia entre Estados “civilizados” e “não civilizados”. Enquanto os “civilizados” consideravam as armas químicas moralmente repugnantes, era sua própria “civilidade” (fabricada) que lhes permitia usar armas químicas contra povos “não civilizados”.

Um segundo corpo de trabalho construtivista avançou do nível do Sistema Internacional para o nível da política externa das nações ou das instituições. Além disso, esses estudos identificam eventos que não podem ser descritos pelas teorias neorrealistas ao nível da estrutura internacional, sugerindo que requerem uma explicação ao nível da política externa e a inclusão de uma componente ideacional. Por exemplo, na análise da doutrina militar francesa, a escolha entre as doutrinas ofensiva e defensiva pode ser explicada apenas por uma mistura de preocupações civis sobre o poder dos militares e a própria cultura militar (Kier 1995, 68). Usando a perspectiva construtivista no estudo da política externa do Japão, Katzenstein e Okawara

(1993) também argumentam que, como a estrutura internacional mudou, mas a percepção de segurança do Japão não, as considerações domésticas devem ser consideradas (Berger 1993; 1996). Passando dos Estados para as organizações internacionais, Risse-Kappen (1996) também argumenta veementemente que o fracasso do neorealismo em explicar a sobrevivência da OTAN no pós-Guerra Fria se deve à omissão da teoria de fatores ideacionais, como valores e identidade. Em vez de ser construída em resposta a uma ameaça externa e, portanto, condenada a se desintegrar quando a ameaça desaparecesse, a OTAN foi fundada em um conjunto de valores democráticos e liberais que garantiriam a longevidade da instituição.

Em terceiro lugar, o Construtivismo Crítico emergiu na segunda metade da década de 1990, distinguindo-se do Construtivismo Convencional por focar os discursos e as conexões entre a construção histórica e discursiva de identidades, por um lado, e as medidas de segurança, por outro (Katzenstein et al. 1998 , 677). De acordo com os construtivistas críticos, o construtivismo convencional ainda reificou o Estado como objeto de análise, implicando em uma preferência normativa pelo Estado como o objeto referencial preferencial para a segurança (Zehfuss 2001). Os construtivistas críticos resistiram à crescente aceitação do positivismo pelo construtivismo convencional epistemologicamente (Laffey e Weldes 1997).

Os construtivistas não clamavam expressamente por uma expansão do objeto referente fora do Estado ou por uma teoria que transcendesse a esfera político-militar. Isso não quer dizer que o construtivismo não possa ser crítico: demonstrar a capacidade de transcender a visão realista da política de segurança e das relações interestatais está no cerne dos argumentos normativos fundamentais do campo dos Estudos de Segurança. No entanto, o escopo do construtivismo é mais restrito do que outras teorias que abordam expressamente a questão da segurança. Esta seção discute o último, particularmente aqueles que defendiam a necessidade de expandir o referente fora do Estado (ocidental): abordagens pós-coloniais (para as quais contribuíram alguns construtivistas críticos), Segurança Humana, Estudos Críticos de Segurança e Feminismo. Essa expansão do objeto referencial resultou na expansão dos setores ou áreas aos quais a análise de segurança deveria ser aplicada, incluindo desenvolvimento, meio ambiente, economia e questões de bem-estar social.

Pós-Colonialismo

Desde os anos 1970, os Estudos de Segurança enfocam a situação do Estado (Ocidental). Mohamed Ayoob (1984) enfatizou as particularidades do Terceiro Mundo enquanto enfatizava a importância de um Estado forte e o mantinha

como o objeto referencial. Os pesquisadores da paz crítica, por outro lado, aplicaram as ideias marxistas e de dependência ao exame da exploração econômica, política e cultural da ordem internacional liberal. Na década de 1990, os apelos para um exame crítico da visão centrada no Ocidente do Estado no coração dos Estudos de Segurança aumentaram em frequência, cristalizando uma perspectiva explícita de “Estudos de Segurança” pós-coloniais. Isso foi em parte como resultado do surgimento e crescimento do pós-colonialismo nas Ciências Sociais e Humanas de forma mais ampla (Said 1978; Spivak 1999), e em parte como resultado da sobreposição entre o pós-colonialismo e outras abordagens ampliadas que se basearam um ao outro para gerar uma dinâmica crítica.

A teoria pós-colonial abrange uma ampla gama de perspectivas (Grovoqui 2007), e um corpo de Estudos de Segurança pós-colonial traçou paralelos com a teoria social e a sociologia histórica e, portanto, com o Construtivismo Crítico, ao enfatizar a importância das conceitualizações de segurança específicas do Terceiro Mundo. Para Krause (1996), por exemplo, que a definição de segurança centrada no estado apoiada por métodos realistas ortodoxos foi fundada em uma história europeia específica de desenvolvimento do Estado. O Estado europeu foi fundado em um entendimento de segurança orientado para ameaças externas e baseado em uma forte identificação da segurança do Estado com a segurança de seus cidadãos (Krause 1996, 320). Essa visão de segurança indica que as concepções de segurança centradas no Estado não fornecem uma estrutura analítica ou normativa para identificar os perigos que os regimes podem representar para seus próprios cidadãos.

O pós-colonialismo afirma que o Estado não ocidental seguiu um caminho diferente, mas rejeita o rótulo de “falido” ou “subdesenvolvido”. O Estado “falido” é deficiente em várias áreas em comparação com o Ocidente e, portanto, precisa ser “atualizado”. Os pós-colonialistas afirmam que esses “fracassos” são as “sequelas do encontro desigual com o colonialismo ocidental⁸” (Barkawi e Laffey, 2006) e que o Ocidente e o resto do mundo têm um desequilíbrio econômico, social e militar que se repete. Este ramo dos Estudos de Segurança Pós-colonial enfatiza “os conflitos materiais e ideológicos de agentes historicamente colocados em um sistema internacional neoliberal⁹” (Agathangelou e Ling 2004, 518), o que é consistente tanto com as perspectivas críticas da IPE como com as dos investigadores marxistas da paz.

8 Tradução nossa.

9 Tradução nossa.

Segurança Humana

As perspectivas pós-coloniais enfatizam as peculiaridades do Estado não ocidental, as estruturas econômicas globais e, portanto, as dificuldades de desenvolvimento. A noção de “Segurança Humana” do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (1994) proporcionou uma ampliação mais direta da segurança para incorporar o desenvolvimento. A Segurança Humana, como a Segurança Comum no início dos anos 1980, beneficia-se de uma base institucional forte e integra objetivos político-ativistas e acadêmicos. O modelo original do PNUD favorecia uma abordagem multidimensional à segurança. Além da defesa territorial, interesses nacionais e dissuasão nuclear, a “lógica da segurança” deve abranger “preocupações universais e prevenção de conflitos, mas o mais importante, um esforço global combinado para aliviar a pobreza e o subdesenvolvimento”¹⁰(UNDP 1994, 22).

Para o bem da segurança humana, o objeto referente deve ser deslocado dos Estados-nação para o “povo”. Estar “centrado nas pessoas” era estar “interessado em como as pessoas vivem e respiram em uma sociedade, quão livremente elas exercem suas inúmeras opções, quanta oportunidade de mercado e social elas têm - e se vivem em conflito ou paz”¹¹ (PNUD 1994, 23). Isso implicou uma expansão dramática dos tipos de riscos e setores aos quais se aplica a segurança, incluindo alimentação, saúde, meio ambiente, crescimento populacional, lacunas nas oportunidades econômicas, migração, tráfico de drogas e terrorismo.

A Segurança Humana conforme conceituada pelo PNUD é talvez a ampliação mais ampla da noção desde que Galtung com a violência estrutural, ao tentar incorporar o desenvolvimento e as questões Norte-Sul. A Segurança Humana, lamentavelmente, também foi criticada por ser tão ampla que se tornou política e intelectualmente sem sentido (Special Section of Security Dialogue 2004). Como Roland Paris corretamente coloca, “se a segurança humana significa quase qualquer coisa, ela significa virtualmente nada”¹² (2001, 93). Outros críticos contestam a ideia de adicionar “segurança” ao que acreditam ser basicamente uma agenda de direitos humanos (Buzan 2004) e apontam como os regimes adotam facilmente a retórica da Segurança Humana sem mudar seu comportamento (Booth 2007, 321-7).

¹⁰ Tradução nossa.

¹¹ Tradução nossa.

¹² Tradução nossa.

Estudos Críticos de Segurança

A Segurança Humana também foi adotada pelos Estudos Críticos de Segurança, que compartilhavam a ênfase do primeiro em “pessoas” em vez de Estados e imaginavam uma ordem mundial mais justa e pacífica. Embora estatisticamente pequeno, os Estudos Críticos de Segurança alcançaram um grau surpreendente de institucionalização dentro da comunidade de Estudos de Segurança Europeus. Os estudos críticos de segurança às vezes são definidos como o trabalho de Booth e Wyn Jones e seus alunos e colegas da Aberystwyth, inspirados na Escola de Frankfurt (Booth 1991; 2007). Os Estudos Críticos de Segurança tiveram um impacto considerável nos debates em expansão porque foram a perspectiva que mais abertamente abraçou o legado da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, que fazia parte da Pesquisa para a Paz nos anos 1970. Isso ocorreu, no entanto, não como resultado de um engajamento deliberado com a última literatura, mas sim como resultado de uma leitura da Escola de Frankfurt.

Os Estudos Críticos de Segurança sustentaram que “humanos individuais são o referencial final para segurança”, porque os Estados são provedores de segurança não confiáveis e muito heterogêneos para apoiar uma “teoria completa de segurança” (Booth 1991, 319-20)¹³. De acordo com Wyn Jones (1995, 309), os Estudos Críticos de Segurança envolvem “centralizar nossa agenda na experiência daqueles homens e mulheres e comunidades para os quais o sistema mundial atual é uma fonte de insegurança ao invés de segurança”¹⁴. Além disso, a defesa vocal dos Estudos Críticos de Segurança para um objeto referencial individual está conectada a uma avaliação empírico-política da guerra interestatal como muito menos real e ameaçadora do que “segurança ambiental, segurança alimentar e segurança econômica”, e para uma visão da maioria dos Estados como geradores de insegurança em vez de estabilidade e prosperidade (Wyn Jones 1995, 310).

Perspectiva Feminista

Os Estudos Feministas de Segurança são subdivididos em subabordagens que empregam uma variedade de objetos referenciais, epistemologias e técnicas. Com exceção dos métodos centrados no Estado militar típicos que ignoram gênero e segurança, os Estudos Feministas de Segurança podem ser vistos como um microcosmo dos próprios Estudos de

¹³ Tradução nossa.

¹⁴ Tradução nossa.

Segurança. As questões mais prementes na agenda dos Estudos Feministas de Segurança do pós-Guerra Fria incluíam o seguinte: primeiro, como desenvolver ainda mais o ponto de vista da abordagem feminista associada a J. Ann Tickner e Cynthia Enloe, particularmente como abordar questões em torno de sua epistemologia de experiência; segundo, como integrar um novo conjunto de eventos; e terceiro, como responder ao construtivismo e ao feminismo quantitativo.

Em termos de qualquer conceituação de segurança usada e como ela é introduzida na maioria dos livros didáticos, o método Tickner tem sido o mais comum dentro dos Estudos Feministas de Segurança (Pettman 2005). Esta abordagem compartilha semelhanças significativas com os Estudos Críticos de Segurança e Segurança Humana, na medida em que defende a expansão do objeto de referência para incluir “mulheres” e setores de segurança não militares (Hoogensen e Rottem 2004). De acordo com Tickner, as feministas usam uma “abordagem multidimensional e multinível” comprometida com “concepções emancipatórias de segurança” que se esforçam para “compreender como a violência, tanto física quanto sistêmica, mina a segurança de indivíduos e grupos em todos os níveis” (Tickner, 2001: 48)¹⁵. Como resultado, a análise feminista “geralmente segue uma abordagem de baixo para cima, estudando o impacto do conflito no nível micro” (Tickner 2001, 48), expandindo o objeto referente e os setores aos quais a segurança se aplica.

O apelo de uma epistemologia baseada na experiência para os Estudos Feministas de Segurança é que ela inclui sujeitos que foram marginalizados por noções de segurança centradas no Estado - e outras coletivas, como vítimas de estupro durante a guerra ou tráfico sexual (Jackson 2006). No entanto, a lacuna de uma epistemologia experiencial é que ela se baseia na ideia do feminismo de perspectiva das mulheres como constituindo um sujeito distinto dos “homens”. Como resultado, numerosas feministas desenvolveram o feminismo da diversidade, que vê a identidade como formada não apenas pelo gênero, mas também pela etnia, classe e raça (Dietz 2003, 408). Isso aumentou a diversidade de objetos de referência de gênero e experiências disponíveis, mas também levantou o desafio de unir um movimento feminista e consciência através de experiências diversas. A questão era que “a epistemologia feminista na esfera da segurança internacional deve decidir excluir todas as ‘experiências das mulheres’ ou reconhecer, como outros campos, que o julgamento e a seleção são necessários, mesmo dentro da perspectiva feminista” (Grant 1992, 95)¹⁶.

¹⁵ Tradução nossa.

¹⁶ Tradução nossa.

A Escola de Copenhague: Securitização

Jahn et al. (1987) observam que o trabalho de Barry Buzan e Ole Wæver sobre a teoria do complexo de segurança regional, segurança europeia e a relação entre regiões e segurança global estão no cerne da Escola de Copenhague. Em termos do debate em expansão e aprofundamento, as contribuições mais distintas dessa escola foram as ideias de “segurança social” e “securitização”. Em consonância com a lacuna entre os Estados Unidos e a Europa em termos do grau em que a questão da segurança é abertamente abordada, a Escola de Copenhague tem recebido muito mais atenção na Europa do que nos Estados Unidos, apesar de estar cada vez mais sendo aplicada a países não ocidentais (Jackson 2006).

Além disso, a noção de “segurança social” foi introduzida em *Identity, Migration, and the New Security Agenda in Europe* (Wæver et al. 1993), e foi inicialmente concebida em reação a uma série de crises nacionais, principalmente na Iugoslávia, mas também na Transilvânia e na ex-União Soviética (Roe 2005). Acrescentou uma dimensão setorial distinta às literaturas anteriores da década de 1980, que se preocupavam principalmente com questões econômicas e ambientais. O aumento da integração dentro da UE representou um desafio para os constituintes nacionais temerosos de perder a soberania política e também a autonomia cultural na Europa Ocidental, e a imigração também foi retratada como uma ameaça à identidade nacional.

A “segurança social” foi descrita como “a capacidade de uma sociedade de reter seu caráter central em face de mudanças nas circunstâncias e perigos potenciais ou reais”¹⁷ (Wæver et al. 1993, 23). Enquanto o Estado era o ponto de referência para a segurança política, militar, ambiental e econômica, o ponto de referência para a segurança social era a “sociedade” (Wæver et al. 1993, 26). Isso abriu caminho para o estudo da “segurança da identidade”, destacando instâncias em que o Estado e a sociedade divergiram, como quando as minorias nacionais enfrentaram desafios de “seu” Estado, ou quando o Estado ou outros atores políticos mobilizaram a sociedade para combater o ameaças externas.

A Escola de Copenhague claramente definiu isso como uma posição entre o estado-centrismo convencional de um lado e os apelos igualmente tradicionais por segurança “individual” ou “global” do outro. O termo “segurança social” restringia o objeto de referência concebível a duas unidades coletivas, o Estado e a sociedade, enquanto excluía o indivíduo e o globo. De acordo com Wæver, “parece sensato permanecer conservador ao longo deste eixo (objeto de referência), reconhecendo que a ‘segurança’ é significativamente influenciada pela dinâmica da pessoa e do sistema, mas

não pela propagação de conceitos ambíguos como segurança individual e global” (Waeber 1995, 49)¹⁸.

Segurança “contextualiza a questão como um tipo distinto de política ou como algo acima da política” e, assim, um espectro de questões públicas pode ser definido, variando de não politizado (“o estado não lida com isso e não é objeto de debate e decisão públicos”), a politizado (“a questão faz parte da política pública, exigindo decisão do governo e alocação de recursos ou, mais raramente, alguma outra forma de governança local”), a securitizado (“o assunto não é mais debatido como questão política, mas é tratado como questão securitária”) (Buzan et al. 1998, 23)¹⁹. Atores de securitização são descritos como “atores que securitizam assuntos proclamando algo - um objeto de referência - existencialmente ameaçado”, enquanto objetos de referência são definidos como “coisas que são percebidas como existencialmente ameaçadas e têm uma reivindicação genuína de sobrevivência” (Buzan et al. 1998, 36)²⁰.

Essa parece ser uma concepção altamente aberta de segurança, mas a Escola de Copenhague deliberadamente posicionou a securitização como um meio de conter a ampliação excessiva da segurança, respondendo, assim, à apreciação da teoria crítica conservadora dos “ampliadores” (Buzan et al. 1998, 1-5). Embora a teoria da securitização estivesse teoricamente disponível para qualquer pessoa, na prática os atores mais comuns da securitização são “líderes políticos, burocratas, governos, lobistas e organizações de pressão”, com objetos de referência tipicamente coletividades de médio alcance (Buzan et al. 1998, 40-41) Recentemente, a Escola estendeu seu pensamento para além do objeto de referência de médio alcance, para macro securitizações, que buscam estruturar a política mundial em uma escala mais ampla (Buzan e Waeber 2009).

Ao menos na Europa, a “securitização” tem sido uma noção bastante eficaz. Como resultado, tem gerado críticas, especialmente daqueles que defendem uma ampliação mais radical do conceito de segurança. Os estudos críticos de segurança tem sido um dos desafios mais significativos, argumentando que a Escola de Copenhague não vai longe o suficiente na direção de “pessoas reais em lugares reais”, que combina segurança e sobrevivência, e que é centrada no Estado e nas elites, dominado pelo discurso conservador, politicamente passivo e nem progressista nem radical (Booth 2005, 271). Como a Escola de Copenhague é uma teoria constitutiva e não causal, a crítica tem-se concentrado nas implicações analíticas, políticas e normativas da Escola, e não em sua capacidade de explicar fenômenos em um sentido positivista (americano) das ciências sociais.

Pós-Estruturalismo

Durante a Guerra Fria, o pós-estruturalismo já era uma posição única nos Estudos de Segurança. O pós-estruturalismo foi duro com os Estudos de Segurança por adotar uma noção militar de segurança centrada no Estado, sem questionar suas implicações históricas, normativas e políticas. No entanto, como o realismo, os pós-estruturalistas se viam como devedores da herança do realismo clássico e afirmavam que a soberania e a segurança do Estado não eram facilmente transformáveis.

Devido às conexões entre o Pós-estruturalismo e o Realismo, enquanto os Construtivistas chegaram à segurança principalmente por meio de debates gerais sobre relações internacionais, os Pós-estruturalistas têm estado ativos em debates sobre paz e segurança desde o início dos anos 1980. Embora fosse crítico da política de segurança ocidental, o pós-estruturalismo da Guerra Fria sempre reteve o potencial de repensar a segurança e, portanto, não foi confrontado com a crise das abordagens tradicionais após o fim da Guerra Fria. No entanto, se não um “metaevento”, a conclusão da Guerra Fria foi um evento constitutivo que pôs em questão alguns de seus principais pressupostos analíticos.

A principal questão enfrentada pelo pós-estruturalismo após a Guerra Fria era se as nações exigiam adversários. A análise de Campbell dos discursos americanos sobre ameaça, desde “sua” descoberta até a conclusão da Guerra Fria, serviu como o livro principal neste argumento. O livro de Campbell, de 1992, *Writing Security* enfatizou explicitamente a importância do “Outro” (isto é, a construção de Estados, grupos e outros externos) argumentando que, embora a identidade do Estado pudesse, teoricamente, ser constituída por meio de relações de diferença, a pressão para transformar a diferença em uma alteridade radical e ameaçadora era esmagadora, na prática (Connolly 1991, 64–65; 209–210).

A ideia de Campbell (1992) tinha a falha de reificar a identidade do Estado (“o Estado precisa de inimigos”) e efetivamente adotar a visão do Estado do realismo (“o Estado está cercado por adversários em potencial”). Ambas as abordagens pressupõem uma inseparabilidade ontológica de Estados e adversários, bem como um Outro monolítico e assustador (Hansen 2006, 38-39). A dificuldade metodológica em assumir a identidade do Estado como alteridade radical era que, se esta fosse assumida como a única forma possível de identidade para os Estados, seria esta a identificada nos estudos empíricos, apesar da possibilidade de formas menos radicais de identidade, como ser “Nórdico” (Hansen 2006, 38-41). Como a concepção pós-estruturalista de segurança depende da produção de identidade, uma vez que a identidade é

estabelecida, a segurança também está estabelecida, e o pós-estruturalismo é incapaz de escapar da segurança realista.

Considerações Finais

Este artigo explorou a ascensão e o desenvolvimento dos Estudos de Segurança, desde seu início até o final da Guerra Fria. Estudos de segurança desenvolvidos a partir de argumentos do pós-Segunda Guerra Mundial sobre como defender o Estado de ameaças externas e internas. Este artigo mostrou que, como um subcampo das Relações Internacionais, os Estudos de Segurança foram dominados pelo paradigma realista ao longo da Guerra Fria. No final da Guerra Fria, o conceito de “segurança” tornou-se uma fonte de desacordo entre tradicionalistas e “ampliadores” e “aprofundadores”. Não apenas o conceito fundamental de “segurança” foi questionado, mas uma variedade de abordagens teóricas alternativas, incluindo construtivismo, teoria crítica, feminismo, segurança humana e pós-colonialismo, também surgiram para desafiar o paradigma dominante (realista/liberal). Finalmente, também mostrou que existiam diferenças significativas em como essas abordagens alternativas definiam objetos de referência, os setores aos quais a segurança pode ser aplicada e seus fundamentos epistemológicos. A ideia básica deste artigo é derivada principalmente de Buzan e Hansen (2009) em *The Evolution of International Security Studies*.

REFERÊNCIAS

- Agathangelou, Anna M. and L. H. M. Ling. 2004. ‘Power, Borders, Security, Wealth: Lessons of Violence and Desire from September 11’, *International Studies Quarterly*, 48:3, p. 517–38.
- Ayoob, Mohammed. 1984. ‘Security in the Third World: The Worm About to Turn?’, *International Affairs*, 60:1, p. 41–51
- Barkawi, Tarak and Mark Laffey. 2006. ‘The Postcolonial Moment in Security Studies’, *Review of International Studies*, 32:2, p. 329–52
- Berger, Peter. 1996. ‘Norms, Identity, and National Security in Germany and Japan’, in Peter J. Katzenstein (ed.) *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*, New York: Columbia University Press, p. 317–56.
- Booth, Ken. 1979. *Strategy and Ethnocentrism*, London: Routledge.
- Booth, Ken. 1991. ‘Strategy and Emancipation’, *Review of International Studies*, 17:4, 313–26.
- Booth, Ken. 2007. *Theory of World Security*, Cambridge: Cambridge University

Press

- Butterworth, Robert L. 1989. 'On Estimating Adversary Capabilities', in Kolodziej, Edward A. and Morgan, Patrick M. *Security and Arms Control, A Guide to International Policy Making*. Vol. 1. 49-72.,
- Buzan and Wæver. 2009. 'Macro securitization and Security Constellations: Reconsidering Scale in Securitization Theory.' *Review of International Studies*, 35:2. 253-76.
- Buzan, Barry. 1991. *People, States, and Fear: An Agenda for International Security in the Post-Cold War Era*. (Boulder: Lynne Rienner)
- Buzan, Barry and Hansen, Lene. 2009. *The Evolution of International Security Studies*: New York: Cambridge University Press.
- Campbell, David. 1998. *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*, Manchester: Manchester University
- Cimbala, Stephen J. 2016. 'On the Command and Control of Nuclear Weapons'. 85-110, Vol. 2.
- Connolly, William E. 1991. *Identity/Difference: Democratic Negotiations of Political Paradox*, Ithaca: Cornell University Press.
- Croom Helm. 1991. 'Strategy and Emancipation', *Review of International Studies*, 17:4, 313-26.
- Dietz, Mary. 2003. 'Current Controversies in Feminist Theory', *Annual Review of Political Science*, 6, p. 99-431.
- Finnemore, Martha. 1996. 'Constructing Norms of Humanitarian Intervention', in Peter J. Katzenstein (ed.) *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*, New York: Columbia University Press. 153-85.
- Grant, Rebecca. 1992. 'The Quagmire of Gender and International Security', in V. Spike Peterson (ed.) *Gendered States: Feminist (Re)Visions of International Relations Theory*, Boulder: Lynne Rienner, 83-97.
- Grovogui, Siba N. 2007. 'Postcolonialism', in Tim Dunne, Milja Kurki and Steve Smith (eds.) *International Relations Theory: Discipline and Diversity*, Oxford: Oxford University Press, 229-46.
- Hansen, Lene. 2006. *Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War*, London: Routledge.
- Herz, John. 1950. 'Idealist Internationalism and the Security Dilemma', *World Politics*, 2:2, 157-80.
- Hoogensen, Gunhild and Svein V. Rottem. 2004. 'Gender Identity and the Subject of Security', *Security Dialogue*, 35:2, 155-71.
- Jackson, Nicole. 2006. 'International Organizations, Security Dichotomies and the Trafficking of Persons and Narcotics in Post-Soviet Central Asia: A Critique of the Securitization Framework', *Security Dialogue*, 37:3, 299-317.

- Jahn, Egbert, Pierre Lemaitre and Ole Wæver. 1987. 'European Security: Problems of Research on Non-military Aspects,' *Copenhagen Papers 1*, Copenhagen: Center for Peace and Conflict Research
- Katzenstein, Peter J., Robert O. Keohane and Steven Krasner. 1998. 'International Organization and the Study of World Politics', *International Organization*, 52:4, 645-85.
- Kier, Elizabeth. 1995. 'Culture and Military Doctrine: France Between the Wars', *International Security*, 19:4. 65-93.
- Kolodziej, Edward. 1992. "What is security and security studies? Lessons from the cold war", *Arms Control*, Vol. 13, No. 1 (April), 1-31.
- Krause, Keith. 1996. 'Insecurity and State Formation in the Global Military Order: The Middle Eastern Case', *European Journal of International Relations*, 2:3, 319-54.
- Laffey, Mark and Jutta Weldes. 1997. 'Beyond Belief: Ideas and Symbolic Technologies in the Study of International Relations', *European Journal of International Relations*, 3:2, 193-237
- Laurence, Freedman. 1990. *The Evolution of Nuclear Strategy*. London: Macmillan.
- Mearsheimer, John. 1995. "The False Promise of International Institutions," *International Security*. Vol. 19, No. 3 (Winter), 5-49
- Morgenthau, Hans. 1985. *Politics among Nations* (New York: Knopf, 6th edn.)
- Neocleous, Mark. 2006. 'From Social to National Security', *Security Dialogue*, 37:3, 363-84.
- Paris, Roland. 2001. 'Human Security: Paradigm Shift or Hot Air?', *International Security*, 26:2, 87-102.
- Pettman, Jan J. 2005. 'Gender issues', in John Baylis and Steve Smith (eds.). *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*, 3rd edn, Oxford: Oxford University Press, 669-88.
- Price, Richard. 1995. 'A Genealogy of the Chemical Weapons Taboo', *International Organization*, 49:1, 73-103.
- Risse-Kappen, Thomas. 1996. 'Collective Identity in a Democratic Community: The Case of NATO', in Roe, Paul. 2005. *Ethnic Violence and the Societal Security Dilemma*, London: Routledge.
- Said, Edward W. 1978. *Orientalism*, New York: Pantheon Books.
- Schelling, Thomas C. 1963. *The Strategy of Conflict* (New York: Galaxy Books,
- Schelling, Thomas C. 1966. *Arms and Influence* (New Haven: Yale University Press).
- Spivak, Gayatri C. 1999. *A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present*, Cambridge MA: Harvard University Press.
- Tarry, Sarah. 1999. 'Deepening' And 'Widening': An Analysis of Security Definitions in the 1990s". Department of Political Science University

- of Calgary. <https://journalhosting.ucalgary.ca/index.php/jmss/article/download/57850/43523>
- Tickner, Anne. 2001. *Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era*, New York: Columbia University Press.
- UNDP, (1994). UNDP. 1994. *Human Development Report 1994*, Oxford: Oxford University Press.
- Wæver, Ole. 1995. 'Securitization and Desecuritization', in Ronnie D. Lipschutz (ed.) *On Security*, New York: Columbia University Press, 46–86.
- Walt, Stephen M. 1991. 'The Renaissance of Security Studies', *International Studies Quarterly*, XXXV. 211-39.
- Waltz, Kenneth. 1979. *A Theory of International Politics* (Reading: Addison-Wesley)
- Waltz, Kenneth N. 1981. 'The Spread of Nuclear Weapons: More may be Better', *Adelphi* 171, London: IISS.
- Waltz, Kenneth N. 1993. 'The Emerging Structure of International Politics', *International Security*, 18:2. 44–79.
- Williams, Michael C. 2003. 'Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics', *International Studies Quarterly*, 47:4. 511–31.
- Wolfers, Arnold. 1952. 'National Security as an Ambiguous Symbol', *Political Science Quarterly*, 67:4. 481–502.
- Walt, Stephen M. 1991. 'The renaissance of security studies', *International Studies Quarterly*, vol. 35, no. 2, 211–39.

RESUMO

O objetivo deste artigo é examinar a história e o desenvolvimento dos estudos de Segurança, desde o início até o fim da Guerra Fria. Estudos de segurança desenvolveram-se a partir de argumentos pós-1945 sobre como proteger o Estado de ameaças externas e internas. Durante a Guerra Fria, os Estudos de Segurança como um subcampo dos assuntos internacionais foram dominados por uma perspectiva realista. No final da Guerra Fria, o conceito fundamental de “segurança” tornou-se um ponto de desacordo entre os tradicionalistas e os “ampliadores” e “aprofundadores”. Não apenas o conceito central de “segurança” foi contestado, mas uma série de outras perspectivas, incluindo construtivismo, teoria crítica, feminismo, segurança humana e pós-colonialismo, desenvolveram-se para desafiar criticamente o paradigma (realista / liberal). Havia grandes distinções em como as perspectivas contestatórias definiam os objetos de referência, os setores aos quais a segurança pode ser aplicada e os fundamentos epistemológicos de suas respectivas perspectivas. A ideia base deste artigo é derivada principalmente de Buzan e Hansen (2009) em *“The Evolution of International Security Studies”*.

PALAVRAS-CHAVE

Segurança; Estudos de Segurança; Guerra Fria; Pós-Guerra Fria; Abordagens Divergentes.

Recebido em 01 de agosto de 2021

Aprovado em 09 de novembro de 2021

Traduzido por Felipe Samuel